

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Com relatório dos auditores independentes

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	9

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	10
2	SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	11
3	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
4	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
5	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	16
6	IMOBILIZADO	18
7	INTANGÍVEL	22
8	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	23
9	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	25
10	TRIBUTOS A RECOLHER	28
11	TRIBUTOS DIFERIDOS	29
12	PROVISÕES PARA LITÍGIOS	29
13	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	33
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
15	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	38
16	COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE	39
17	PESSOAL E ADMINISTRADORES	39
18	RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO	40
19	REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	40
20	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO.....	44
21	CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	50
22	CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	50
23	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	51



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'CS Mota', written over a horizontal line.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	20	1.318.174	342.099
Investimentos temporários	20	2.295.368	949.132
Consumidores	5	1.994.883	2.014.901
Concessionárias e permissionárias	5	799	799
Serviços em curso		119.832	123.464
Tributos compensáveis		413.612	292.494
Depósitos judiciais e cauções		196	-
Almoxarifado operacional		19.267	12.097
Ativos financeiros setoriais	8	448.076	526.608
Despesas pagas antecipadamente		17.467	16.861
Encargos setoriais a compensar		-	5.911
Instrumentos financeiro derivativos	9.4	6	-
Outros ativos circulantes		681.469	545.125
Total do ativo circulante		7.309.149	4.829.491
Ativo não circulante			
Investimentos temporários	9.3	20.556	18.761
Consumidores	5	243.931	224.615
Serviços em curso		23.447	13.958
Tributos compensáveis		427.294	385.642
Depósitos judiciais e cauções	12	157.701	115.228
Tributos diferidos	11	167.481	164.658
Ativos financeiros setoriais	8	47.485	254.817
Despesas pagas antecipadamente		-	42
Bens e Direitos para Uso Futuro		2.708	2.708
Benefício pós emprego		9.872	8.265
Instrumentos financeiro derivativos	9,4	141.977	-
Outros ativos não circulantes		397.762	164.951
Bens e atividades não vinculadas à concessão		5.310	7.367
Imobilizado	6	15.479.744	14.020.765
Intangível	7	289.979	213.629
Total do ativo não circulante		17.415.247	15.595.406
Total do Ativo		24.724.396	20.424.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

	Nota	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores	20	1.270.140	1.218.385
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	1.659.181	401.556
Obrigações sociais e trabalhistas		53.789	51.662
Benefício pós emprego		1.546	1.336
Tributos a recolher	10	258.353	232.357
Provisão para litígios	12	9.693	9.305
Dividendos declarados	14.4	363.228	419.562
Encargos setoriais		96.887	148.319
Passivos financeiros setoriais	8	530.838	506.374
Instrumentos financeiros derivativos		57	650
Outros passivos circulantes		601.740	443.289
Total do passivo circulante		4.845.452	3.432.795
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	6.171.514	4.631.053
Benefício pós emprego		64.114	78.566
Tributos a recolher	10	127.448	104.898
Provisão para litígios	12	121.168	124.879
Encargos setoriais		52.109	17.116
Tributos diferidos	11	1.536.744	1.442.017
Passivos financeiros setoriais	8	234.044	333.688
Instrumentos financeiros derivativos		31.851	129.131
Obrigações vinculadas à concessão	13	6.157.255	4.532.969
Outros passivos não circulantes		973.477	917.431
Total do passivo não circulante		15.469.724	12.311.748
Patrimônio líquido			
Capital social	14	1.624.459	1.624.459
Reserva de capital		34.092	33.995
Reserva de lucros		440.195	458.305
Outros resultados abrangentes		1.216.891	1.303.389
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		1.093.583	1.260.206
Total do patrimônio líquido		4.409.220	4.680.354
Total do passivo e patrimônio líquido		24.724.396	20.424.897

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	15	11.185.141	9.751.397
Fornecimento de energia elétrica		9.427.542	8.452.521
Suprimento de energia elétrica		57.383	23.171
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		593.400	480.385
Ativos e passivos financeiros setoriais		(159.303)	250.144
Serviços cobráveis		17.972	25.355
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.248.147	470.822
Outras receitas		-	48.999
Tributos		(2.760.818)	(2.282.092)
ICMS		(1.941.798)	(1.529.918)
PIS-PASEP		(162.055)	(131.670)
COFINS		(655.429)	(618.792)
ISS		(1.536)	(1.712)
Encargos - Parcela "A"		(616.072)	(609.180)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(38.210)	(34.677)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(39.037)	(44.519)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(527.666)	(518.961)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(11.159)	(11.023)
Receita líquida / Ingresso líquido		7.808.251	6.860.125
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(4.689.534)	(4.182.137)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.520.890)	(3.028.070)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(1.168.644)	(1.154.067)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.118.717	2.677.988
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(1.128.044)	(1.361.262)
Pessoal e administradores	17	(190.865)	(194.462)
Material		(29.658)	(30.525)
Serviços de terceiros		(569.759)	(468.179)
Arrendamento e aluguéis		(12.234)	(10.743)
Seguros		(1.134)	(681)
Doações, contribuições e subvenções		(7.868)	(1.388)
Provisões		(349.566)	(194.918)
Perdas na alienação de bens e direitos		(113.985)	(180.286)
(-) Recuperação de despesas		630.652	587.247
Tributos		(3.595)	(3.107)
Depreciação e amortização		(508.628)	(1.520.831)
Gastos diversos		(75.216)	(58.426)
Outras receitas operacionais		121.125	715.904
Outras gastos operacionais		(17.313)	(867)
Resultado da Atividade		1.990.673	1.316.726
Resultado Financeiro		(233.960)	(245.017)
Despesas financeiras		(1.140.784)	(1.010.503)
Receitas financeiras		906.824	765.486
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		1.756.713	1.071.709
Despesa com impostos sobre o lucro		(218.930)	(327.425)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(132.807)	(222.966)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(86.123)	(104.459)
Resultado líquido do exercício		1.537.783	744.284
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		1.483.948	718.228
Acionistas não controladores		53.835	26.056
Lucro por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária		0,69612	0,33692
Ação preferencial nominal - A		0,69589	0,33687
Ação preferencial nominal - B		0,69612	0,33692
Ação preferencial nominal - C		0,69612	0,33692
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		2.209.074	2.209.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.537.783	744.284
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Realização da reserva de reavaliação	(73.721)	1.060.761
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	(37.706)	(6.376)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(111.427)	1.054.385
Total resultados abrangentes	1.426.356	1.798.669
Acionistas controladores	1.376.422	1.735.701
Acionistas não controladores	49.934	62.968
Total dos resultados abrangentes	1.426.356	1.798.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Outros resultados abrangentes						Proposta para distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital social	Reservas de capital	Outros	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.624.459	28.343	(12.613)	261.617	294.794	-	49.622	2.246.222
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	-	5.652	-	-	-	-	-	5.652
Dividendos adicionais pagos de 2022	-	-	-	-	-	-	(49.622)	(49.622)
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	1.060.761	-	1.098.124	-	2.158.885
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	744.284	-	744.284
Resultado abrangentes do exercício								
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa (líquido de tributos diferidos)	-	-	(6.376)	-	-	-	-	(6.376)
Destinação do lucro								
Reserva legal	-	-	-	-	87.629	(87.629)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	473.230	(473.230)	-	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	11.202	(11.202)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(416.238)	-	(416.238)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.453)	-	(2.453)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(1.260.206)	1.260.206	-
Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	-	-	-	-	(408.550)	408.550	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.624.459	33.995	(18.989)	1.322.378	458.305	-	1.260.206	4.680.354
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	-	(1.040)	-	-	-	-	-	(1.040)
Valor justo das opções de compra <i>Matching shares- vesting period</i>	-	1.137	-	-	-	-	-	1.137
Dividendos adicionais pagos 2023	-	-	-	-	-	-	(1.260.206)	(1.260.206)
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(73.721)	(548.071)	9.005	-	(612.787)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.537.783	-	1.537.783
Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	-	-	-	-	-	438.291	-	438.291
Resultado abrangentes do exercício								
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	(37.706)	-	-	-	-	(37.706)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	-	-	12.820	-	-	-	-	12.820
Resultados abrangentes benefícios pós-emprego	-	-	18.347	-	-	-	-	18.347
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego	-	-	(6.238)	-	-	-	-	(6.238)
Destinação Proposta à A.G.O.								
Reserva legal	-	-	-	-	29.513	(29.513)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	500.420	(500.420)	-	-
Reserva de investimento	-	-	-	-	28	(28)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(361.535)	-	(361.535)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(1.093.583)	1.093.583	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.624.459	34.092	(31.766)	1.248.657	440.195	-	1.093.583	4.409.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.537.783	744.284
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalente de caixa		
Amortização e Depreciação	508.628	1.520.831
Juros e variações monetárias	809.607	427.934
Baixas no intangível/ ativo imobilizado/ Obrigações vinculadas à concessão	72.741	191.601
Reversão para perdas de estoques	(6.009)	
Ajuste a valor presente	7.371	(20.109)
Ativos/passivos financeiros setoriais	268.516	(285.464)
Provisão para litígios	24.651	18.187
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	181.492	181.492
Rendimentos de investimentos temporários	(224.957)	(193.553)
Ganhos líquidos com instrumentos derivativos	(212.183)	202.137
Valor justo das opções de compra	652	5.652
Imposto de renda e contribuição social	86.123	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	129.984	348.829
Obrigações Pós-Emprego	8.419	8.306
Encargos com geração distribuída	2.882	-
	3.195.700	3.150.127
Redução (aumentos) de ativos		
Consumidores	(166.546)	(412.571)
Concessionários e permissionárias	(799)	(799)
Serviços em curso	15.767	(4.159)
Depósitos vinculados a litígios	(17.013)	(14.248)
Almoxarifado operacional	(7.170)	58.922
Tributos compensáveis	(72.229)	(238.619)
Encargos setoriais a compensar	5.911	(5.911)
Despesas pagas antecipadamente	(564)	11.257
Ativos financeiros setoriais	110.421	132.890
Plano de aposentadoria e pensão	(845)	534
Outros ativos	(145.605)	68.074
	(278.672)	(404.630)
Redução (aumentos) de passivos		
Fornecedores	(94.954)	317.951
Tributos a recolher	22.909	(84.742)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	104.459
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(89.198)	(6.032)
Plano de aposentadoria e pensão	(5.076)	(4.949)
Tributos diferidos	2.823	(125.862)
Provisão para litígios	(27.974)	(22.478)
Encargos setoriais	(117.866)	17.443
Passivo financeiros setoriais	(75.180)	(116.783)
Outros passivos	164.088	(168.955)
	(220.428)	(89.948)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Rendimentos de aplicações financeiras	224.957	193.553
Encargos de dívidas pagos	(415.469)	(396.315)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(176.683)	(40.027)
	2.329.405	2.412.760
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições no ativo imobilizado	(2.214.661)	(2.486.351)
Aquisições no ativo intangível	(95.884)	(110.766)
Obrigações vinculadas a concessão	1.669.194	816.681
Resgates (aplicações) financeiros	(1.348.031)	507.252
	(1.989.382)	(1.273.184)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	2.715.471	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(401.344)	(753.565)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	61.229
Dividendos pagos	(1.678.075)	(325.969)
	636.052	(1.018.305)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	976.075	121.271
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	342.099	220.828
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.318.174	342.099
	976.075	121.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Pará” ou “Outorgada”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.871 km² (*), atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 3.064.204(*) consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 27 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

1.3 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, 23 usinas Termelétricas – UTE passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que desde fevereiro de 2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998.

Os prazos previstos deste contrato eram, em sua maioria, de 5 anos, prorrogáveis por mais 12 meses. Entretanto, dado os prazos de interconexão ao SIN previstos nas Resoluções Autorizativas ANEEL Nº 9.536/2020 e 10.986/2021, foi permitido, via despacho ANEEL Nº 3.641/2020, aditamento do contrato por mais 2 anos.

O processo do leilão 02-2016 tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios supramencionados e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 1.016/2022.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Equatorial Pará, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (ajuste escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à consumidores livres no mercado livre - ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, autogeradores, comercializadores e importadores de energia. Após a licitação, modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, todas as usinas passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que a partir de fevereiro/2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. Os prazos deste contrato, em sua maioria, serão de 5 anos prorrogáveis por mais 12 meses.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas os geradores privados são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização da Rede Básica, como também o consumidor, após atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025.

4 Principais políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3 – Políticas contábeis materiais, emitidas em 26 de março de 2025, exceto ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, OCPC 05 – Contrato de Concessão, ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão e quanto ao que se estabelece abaixo:

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2024. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.4 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicada, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos da União, Estado e Município consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

4.6 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 30 de setembro de 2023, e está de acordo com a base homologada na Revisão Tarifária Periódica pela ANEEL em nota técnica nº 69/2023-STR/ANEEL, no processo de revisão tarifária da data-base de 07 de agosto de 2023.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

4.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada quando o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

5.1 Composição das contas a receber

Descrição - R\$ Mil	Valores correntes							Valores renegociados							
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Provisão p/ devedores duvidosos	Renegociada a vencer		Renegociada vencida		Provisão p/ devedores duvidosos	2024	2023
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Até 60 dias		Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
Fornecimento de energia	533.731	405.498	416.658	110.368	184.232	782.205	(729.869)	65.219	499.210	28.724	526.149	(583.311)	2.238.814	2.239.516	
Residencial	233.157	5.107	284.142	69.868	120.377	508.441	(440.321)	37.432	280.764	20.664	415.738	(437.907)	1.097.462	1.144.608	
Industrial	66.204	345	7.971	1.715	3.879	24.984	(22.519)	2.071	8.452	835	14.688	(15.140)	93.485	108.101	
Comercial	119.077	3.612	35.446	8.023	13.776	72.194	(64.418)	4.682	20.471	2.594	48.011	(47.386)	216.082	246.334	
Rural	25.335	900	43.402	20.770	33.370	135.702	(113.622)	3.476	19.642	1.944	32.824	(34.159)	169.584	146.450	
Poderes Públicos	65.491	70	33.458	5.700	5.189	19.403	(24.823)	4.783	52.348	1.960	9.586	(15.914)	157.251	153.399	
Iluminação Pública	2.829	864	1.958	80	487	6.498	(4.761)	591	13.119	221	643	(3.129)	19.400	22.998	
Serviço Público	21.638	-	10.281	4.212	7.154	14.983	(16.385)	12.184	104.414	506	4.659	(14.547)	149.099	69.670	
Serviço Taxado	-	21.901	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.901	30.346	
Fornecimento Não Faturado	-	254.630	-	-	-	-	(12.757)	-	-	-	-	-	241.873	265.432	
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	(414)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(414)	(4.129)	
Outros	-	118.483	-	-	-	-	(30.263)	-	-	-	-	(15.129)	73.091	56.307	
Consumidores total													2.238.814	2.239.516	
Consumidores circulantes													1.994.883	2.014.901	
Consumidores não circulantes													243.931	224.615	
													2.238.814		
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	799	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	799	799	
Concessionárias e permissionárias totais													799	799	
Total	533.731	406.297	416.658	110.368	184.232	782.205	(729.869)	65.219	499.210	28.724	526.149	(583.311)	2.239.613	2.240.315	

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

5.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

5.2.1 Critérios

A Companhia adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso considerando a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso em cada um dos 12 meses do quinto ano anterior ao período atual, apurando o não recebimento até o último mês do exercício atual. Estabelecendo assim um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada faixa de atraso do *aging list*. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva.

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, vencidos acima de 10 anos de maneira coletiva. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Não existem saldos a receber de empresas identificadas como partes relacionadas, que estejam vencidos, ou que se encaixem nos critérios de PECLD descritos acima.

5.2.2 Movimentação do saldo

	2023	Provisões /Reversões (b)	Baixas (c)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(1.012.422)	(153.499)	479.072	(686.849)
Parcelamentos	(699.174)	(60.125)	191.117	(568.182)
Contas a receber de consumidores não faturados	(15.092)	2.335	-	(12.757)
Outras (a)	(56.801)	(11.716)	23.125	(45.392)
Total (c)	(1.783.489)	(223.005)	693.314	(1.313.180)

- (a) A rubrica de outras é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do exercício, gerou uma provisão no montante de R\$ 470.309, com impacto de provisão no resultado. A constituição de provisão aumentou em virtude do aumento do contas a receber vencidos há mais de 90 dias, que na maioria dos casos, permite o corte no fornecimento e início da cobrança judicial; e
- (c) Referente a baixa da PECLD títulos que foram efetivamente baixados do contas a receber.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(145)	88	(57)
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(145)	88	(57)
Distribuição	18.967.653	-	(243.587)	2.163.889	(263.956)	859	20.624.858	1.920.302	(7.446.550)	13.178.308	12.044.896	(6.553.171)	2.367.401	(4.185.770)
Terrenos	54.549	-	-	340	(703)	18.772	72.958	340	-	72.958	54.549	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	278.769	-	-	20.390	(3.169)	(17.913)	278.077	20.390	(135.041)	143.036	154.537	-	-	-
Máquinas e equipamentos	18.627.291	-	(243.587)	2.139.930	(259.970)	-	20.263.664	1.896.343	(7.304.396)	12.959.268	11.835.688	-	-	-
Veículos	-	-	-	1.236	-	-	1.236	1.236	(82)	1.154	-	-	-	-
Móveis e utensílios	7.044	-	-	1.993	(114)	-	8.923	1.993	(7.031)	1.892	-	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122	(6.553.171)	2.367.401	(4.185.770)
Administração	311.076	-	-	19.530	(4.952)	(721)	324.933	19.530	(217.820)	107.113	104.892	(1.669)	419	(1.250)
Edificações, obras civis e benfeitorias	45.088	-	-	5.160	(581)	(1.102)	48.565	5.160	(13.742)	34.823	33.167	-	-	-
Máquinas e equipamentos	215.668	-	-	13.245	(2.884)	381	226.410	13.245	(161.244)	65.166	64.890	-	-	-
Veículos	24.140	-	-	-	(308)	-	23.832	-	(23.688)	144	541	-	-	-
Móveis e utensílios	26.180	-	-	1.125	(1.179)	-	26.126	1.125	(19.146)	6.980	6.294	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.669)	419	(1.250)
Subtotal	19.278.729	-	(243.587)	2.183.419	(268.908)	138	20.949.791	1.939.832	(7.664.370)	13.285.421	12.149.788	(6.554.985)	2.367.908	(4.187.077)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	417	-	-	-	-	-	417	-	-	417	417	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	279	-	-	-	-	-	279	-	-	279	279	-	-	-
Outros	138	-	-	-	-	-	138	-	-	138	138	-	-	-
Distribuição	1.822.643	2.468.686	-	(2.164.167)	-	534	2.127.696	304.519	-	2.127.696	1.822.643	(1.971.033)	-	(1.971.033)
Máquinas e Equipamentos	1.621.859	2.325.045	-	(2.135.212)	-	-	1.811.692	189.833	-	1.811.692	1.621.859	-	-	-
Outros	200.784	143.641	-	(28.955)	-	534	316.004	114.686	-	316.004	200.784	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.971.033)	-	(1.971.033)
Administração	47.917	39.730	-	(20.854)	-	(583)	66.210	18.876	-	66.210	47.917	855	-	855
Máquinas e Equipamentos	32.109	38.881	-	(12.332)	-	-	58.658	26.549	-	58.658	32.109	-	-	-
Outros	15.808	849	-	(8.522)	-	(583)	7.552	(7.673)	-	7.552	15.808	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	855	-	855
Subtotal	1.870.977	2.508.416	-	(2.185.021)	-	(49)	2.194.323	323.395	-	2.194.323	1.870.977	(1.970.178)	-	(1.970.178)
Total do ativo imobilizado	21.149.706	2.508.416	(243.587)	(1.602)	(268.908)	89	23.144.114	2.263.227	(7.664.370)	15.479.744	14.020.765	(8.525.163)	2.367.908	(6.157.255)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e Amortização acumulada	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Em serviço					
Distribuição	4,28%	20.624.858	(7.446.550)	13.178.308	12.044.896
Custo Histórico		20.624.858	(7.446.550)	13.178.308	12.044.896
Administração	8,29%	324.933	(217.820)	107.113	104.892
Custo Histórico		324.933	(217.820)	107.113	104.892
		20.949.791	(7.664.370)	13.285.421	12.149.788
Em curso					
Geração		417	-	417	417
Distribuição		2.127.696	-	2.127.696	1.822.643
Administração		66.210	-	66.210	47.917
		2.194.323	-	2.194.323	1.870.977
		23.144.114	(7.664.370)	15.479.744	14.020.765

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é conforme a seguir demonstrada:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	14	-	-	140	154
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	153	22.493	865	-	313	23.824
Máquinas e Equipamentos	975.837	1.201.019	140.534	49.424	(2.888)	2.363.926
Desenvolvimento de Projetos	-	70	-	-	5	75
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais					1.241	1.241
Material em Depósito	930.732	-	-	-	(857.175)	73.557
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	(606)	(606)
Outros	23.426	84	-	-	22.735	46.245
Total	1.930.148	1.223.680	141.399	49.424	(836.235)	2.508.416

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Geração	Taxas anuais de depreciação (%)
POSTE DE CONCRETO	3,57%
CONDUTOR NU DE ALUMÍNIO, TENSAO INFERIOR A 69KV	3,57%
CONDUTOR ISOLADO, TENSAO INFERIOR A 69KV	3,57%
TRANSFORMADOR DISTRIB AEREO, PEDESTAL, PLAT/ESTALE	4,00%
CONDUTOR PARA LT (TENSAO IGUAL OU SUPERIOR A 69KV)	2,70%
MEDIDOR ELETRONICO / COMPARADOR / CONCENTRADOR	7,69%
TRANSFORMADOR DE FORÇA	2,86%
TORRE PARA LT	2,70%
MEDIDOR ELETROMECHANICO	4,00%
ESTRUTURA DE CONCRETO PARA LT (TENSAO SUP. 69KV)	3,57%
CHAVES, TENSAO INFERIOR A 69 KV	6,67%
RELIGADOR DE DISTRIBUIÇÃO	4,00%

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
BANCO DE CAPACITORES PARALELO>69 KV	5,00%
BANCO DE CAPACITORES PARALELO< 69KV	6,67%
CHAVE SECCIONADORA> 69 KV	3,33%
CHAVE SECCIONADORA< 69 KV	6,67%
CHAVE FUSIVEL> 69 KV	3,33%
CHAVE FUSIVEL< 69 KV	6,67%
CHAVE DE ATERRAMENTO> 69 KV	3,33%
CHAVE DE ATERRAMENTO< 69 KV	6,67%
CHAVE TANDEN> 69 KV	3,33%
CHAVE TANDEN< 69 KV	6,67%
CONDUTOR>69 KV	2,70%
CONDUTOR<69 KV	3,57%
POSTE	3,57%
TORRE	2,70%
REGULADOR DE TENSÃO>69	3,45%
REGULADOR DE TENSÃO<69	4,35%
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	3,33%
TRANSFORMADOR DE POTÊNCIA	4,35%
Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
EQUIPAMENTO GERAL	20,00%
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMATICA	3,33%
VEICULOS	16,67%
EDIFICAÇÃO	6,25%

O Decreto nº 10.810, de 27 de setembro de 2021, revogou o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, no entanto a Resolução normativa ANEEL nº 948, 16 de novembro de 2021, em seu art. 3º, prever que os Agentes Setoriais devem solicitar prévia anuência do órgão regulador para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A resolução normativa que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, em seu art. 4º dispensa da obrigação de que trata o art. 3º, sem prejuízo do controle a posteriori e das sanções previstas em lei, a desvinculação de bens considerados inservíveis à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, bem como à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, devendo o agente setorial constituir dossiê da desvinculação.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Total
CABO AL NU CAL 394,5MCM 19 CANTON	16.547
TORRE MET TRUS MKSS1D20 27,9M 1700D138KV	13.622
TORRE MET TRUS MKSS1-D21 30M 138KV	6.372
EDIFICAÇÃO - SEDE SANTARÉM	5.464
POSTE CONC DT B-3 26M 1400DAN PDE	5.458
INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	4.738
FAIXA DE SERVIDÃO	4.627
INVERSOR CC/CA 1000W 48 VCC/127 VAC	4.570
PAINEL FOTOV MONOCRIST 530WP 20 M	4.339
CABO AL NU CAL 394,5MCM 19 CANTON	4.335
Total	70.072

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Total
CABO < 69kV AL NU 1/0 AWG MO	(10.267)
CABO < 69kV AL NU 4 AWG MO	(8.374)
MED ELETN 1F 2FI 1EL 15A 120V CONTAT	(7.813)
MEDIDOR ELETROMECHANICO ENERGIA TRI	(6.494)
MEDIDOR ELETN 1F 2FI 1EL 15A 120V S/INTF	(6.263)
CABO < 69kV AL CAA NU 1/0 AWG MO	(5.650)
CABO < 69kV AL NU 4 AWG MO	(5.596)
CABO < 69kV AL CAA NU 336,4 MCM MO	(5.387)
MED ELETN 1F 2FI 1EL 15A 120V CONTAT	(4.464)
CABO < 69kV AL NU 1/0 AWG MO	(4.409)
Total	(64.717)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Intangível

A composição do intangível é conforme a seguir demonstrada:

Ativo intangível em serviço	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação	Outros	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Distribuição	85.091	-	6.050	(920)	(217)	90.004	6.050	-	90.004	85.091
Servidões	81.997	-	6.050	(920)	2.877	90.004	6.050	-	90.004	81.997
Softwares	3.094	-	-	-	(3.094)	-	-	-	-	3.094
Administração	415.313	-	11.049	(5.026)	(17)	421.319	11.049	(390.149)	31.170	40.110
Softwares	415.313	-	11.049	(5.026)	(17)	421.319	11.049	(390.149)	31.170	40.110
Subtotal	500.404	-	17.099	(5.946)	(234)	511.323	17.099	(390.149)	121.174	125.201

Ativo intangível em curso	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação	Outros	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Distribuição	14.010	13.264	(6.050)	-	(29)	21.195	7.214	-	21.195	14.010
Servidões	11.198	6.698	(6.050)	-	1.858	13.704	648	-	13.704	11.198
Softwares	(761)	6.566	-	-	1.622	7.427	6.566	-	7.427	(761)
Outros	3.573	-	-	-	(3.509)	64	-	-	64	3.573
Administração	74.418	82.620	(9.447)	-	19	147.610	73.173	-	147.610	74.418
Softwares	70.051	82.620	(9.447)	-	19	143.243	73.173	-	143.243	70.051
Outros	4.367	-	-	-	-	4.367	-	-	4.367	4.367
Subtotal	88.428	95.884	(15.497)	-	(10)	168.805	80.387	-	168.805	88.428

Total do Ativo Intangível	588.832	95.884	1.602	(5.946)	(244)	680.128	97.486	(390.149)	289.979	213.629
----------------------------------	---------	--------	-------	---------	-------	---------	--------	-----------	---------	---------

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

(a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de agosto de 2024 a julho de 2025, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

No ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) no processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes do Despacho ANEEL nº 2.335, de 13 de agosto de 2024, foram reajustadas, em média, (3,23%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

(i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

(ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 103,53% em 31 de dezembro de 2024 (99,34% em 31 de dezembro de 2023) que ainda está dentro do limite de repasse para as tarifas.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(iii) Outras

São demais componentes financeiros elencados no Submódulo 4.4 e 4.4 A do PRORET, quais sejam: i. Garantias financeiras de CCEARs; ii. Penalidade por descumprimento da meta de Universalização; iii. Compensação por violação de limites de continuidade; vi. Descasamento da TUSD Distribuição; v. Recálculo de processo tarifário anterior; e vi. Acordo Bilateral de CCEAR.

(iv) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a empresa, por meio do Despacho ANEEL nº 2.335, de 13 de agosto de 2024, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 14 de agosto de 2024, reajuste médio de (3,23%).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros (a)	2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	600.704	(316.396)	32.303	34.113	24.214	-	374.938	280.874	94.064	331.640	43.298
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	296.910	(156.229)	7.874	12.758	4.592	-	165.905	122.587	43.318	153.194	12.711
Proinfra	542	-	(322)	-	-	-	220	220	-	220	-
Transporte Rede Básica	75.269	(20.792)	(5.570)	6.668	-	-	55.575	38.482	17.093	45.272	10.303
ESS	208.393	(115.041)	26.939	11.492	-	-	131.783	98.130	33.653	111.499	20.284
CDE	19.590	(24.334)	3.382	3.195	19.622	-	21.455	21.455	-	21.455	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	180.721	(36.401)	(42.799)	3.566	2.266	13.270	120.623	113.676	6.947	116.436	4.187
Sobrecontratação de Energia	24.568	2.397	(24.567)	1.183	2.202	-	5.783	-	5.783	2.297	3.486
Risco Hidrológico	103.930	-	(19.661)	-	-	-	84.269	84.269	-	84.269	-
Outros	52.223	(38.798)	1.429	2.383	64	13.270	30.571	29.407	1.164	29.870	701
Total Ativos Financeiros Setoriais	781.425	(352.797)	(10.496)	37.679	26.480	13.270	495.561	394.550	101.011	448.076	47.485

(a) No processo de reajuste tarifário, em 28 de agosto de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou o pleito de restituição de PIS/COFINS sobre atualização Selic, incidentes sobre os valores de repetição de indébito destinados aos consumidores. O valor inicial dessa restituição foi de R\$ 11.125, que foi reclassificado de ativo tributário para ativo financeiro setorial. Além disso, foi contabilizada uma atualização financeira de R\$ 2.145, resultando em um total de R\$ 13.270.

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(283.170)	123.419	17.957	(26.618)	(24.214)	-	(192.626)	(145.196)	(47.430)	(164.037)	(28.589)
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(278.125)	150.417	17.952	(25.725)	(4.592)	-	(140.073)	(140.073)	-	(140.073)	-
Proinfra	(4.925)	284	2.658	(468)	-	-	(2.451)	(2.350)	(101)	(2.389)	(62)
Transporte Rede Básica	(120)	-	(1.838)	-	-	-	(1.958)	(1.958)	-	(1.958)	-
ESS	-	-	(110)	-	-	-	(110)	(110)	-	(110)	-
CDE	-	(27.282)	(705)	(425)	(19.622)	-	(48.034)	(705)	(47.329)	(19.507)	(28.527)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(556.892)	277.513	(214.899)	(40.471)	(2.266)	(35.241)	(572.256)	(233.496)	(338.760)	(366.801)	(205.455)
Neutralidade da Parcela A	(54.112)	18.494	(25.197)	(4.082)	-	-	(64.897)	(33.462)	(31.435)	(45.950)	(18.947)
Sobrecontratação de Energia	(46.881)	51.154	(30.836)	(3.051)	(2.202)	-	(31.816)	(30.836)	(980)	(31.225)	(591)
Ultrapassagem de demanda e reativo											
excedente	(119.561)	(52.380)	19.661	(13.450)	-	-	(165.730)	(8.507)	(157.223)	(70.966)	(94.764)
Risco hidrológico	(267.135)	188.258	(162.427)	(13.974)	-	-	(255.278)	(115.527)	(139.751)	(171.045)	(84.233)
CDE Modicidade Tarifária	(11.131)	31.398	(6.192)	(2.858)	-	(31.398)	(20.181)	(20.181)	-	(20.181)	-
Outros	(58.072)	40.589	(9.908)	(3.056)	(64)	(3.843)	(34.354)	(24.983)	(9.371)	(27.434)	(6.920)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(840.062)	400.932	(196.942)	(67.089)	(26.480)	(35.241)	(764.882)	(378.692)	(386.190)	(530.838)	(234.044)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

9.1 Abertura do endividamento

Instituição / linha credora	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pagto Juros	Frequência Pgto Juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de Amortiz.	Sistemática amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	8.103	1.238.460	309.955	1.556.518											
Scotiabank USD 186MM	6.533	1.153.236	-	1.159.769	Sim	nov/22	Não há	US\$	5,67%	25/05/2025	Semestral	25/11/2025	25/11/2025	Outro	Bullet (final)
Scotiabank USD 14MM	483	85.224	-	85.707	Sim	nov/22	Não há	US\$	5,67%	25/05/2025	Semestral	25/11/2025	25/11/2025	Outro	Bullet (final)
Bank of America - USD 50 MM	1.087	-	309.955	311.042	Sim	dez/24	Não há	US\$	6,01%	10/12/2025	Anual	10/12/2027	10/12/2027	Outro	Bullet (final)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	71.102	327.446	5.720.340	6.118.888											
CEF415.877-81/2015	35	3.792	6.003	9.830	Sim	set/15	Recebíveis	PRÉ	6,00%	07/01/2025	Mensal	07/01/2025	07/07/2027	Mensal	SAC
CEF469.587-04/2016	55	3.800	10.450	14.305	sim	dez/18	Recebíveis	PRÉ	6,00%	07/01/2025	Mensal	07/01/2025	07/09/2028	Mensal	SAC
BNDES 18/19/20	1.443	231.785	540.833	774.061	sim	fev/19	Recebíveis + Outros	IPCA	4,81%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	15/04/2028	Mensal	SAC
BNDES 21/22/23 Sub-crédito A	455	94.812	189.625	284.892	sim	mar/21	Recebíveis + Outros	IPCA	4,11%	15/01/2025	Semestral	15/01/2025	15/01/2028	Mensal	SAC
BNDES 21/22/23 Sub-crédito B	1.934	-	1.208.790	1.210.724	sim	mar/21	Recebíveis + Outros	IPCA	4,11%	17/03/2025	Semestral	17/01/2028	15/09/2040	Mensal	SAC
6ª Emissão Série Única - BRL 1.350 MM	19.295	-	1.350.000	1.369.295	Sim	jun/22	Não há	CDI	2,40%	15/05/2025	Semestral	15/05/2026	15/05/2028	Anual	SAC
7ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	45.259	-	1.000.000	1.045.259	Sim	ago/24	Aval/Fiança	CDI	2,40%	05/02/2025	Semestral	07/08/2028	05/08/2030	Anual	SAC
8ª Emissão Série Única - BRL 1.475 MM	2.626	-	1.476.723	1.479.349	sim	dez/24	Aval/Fiança	IPCA	1,40%	15/06/2025	Semestral	15/12/2033	15/12/2036	Anual	SAC
CCAP - 2018/2020 - BNDES - BRL 1.342 MM	-	(175)	(408)	(583)	Sim	fev/19	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	Mensal	31/01/2025	15/04/2028	Mensal	SAC
CCAP - 2021/2023 Sub B - BNDES - BRL 1.036 MM	-	(354)	(5.228)	(5.582)	Sim	mar/21	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	Mensal	31/01/2025	30/09/2040	Mensal	SAC
CCAP - DEB - 6ª Emissão Série Única - BRL 1.350 MM	-	(1.020)	(2.465)	(3.485)	Sim	jun/22	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	Mensal	31/01/2025	15/05/2028	Mensal	SAC
CCAP - 7ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	-	(528)	(2.656)	(3.184)	Sim	ago/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	Mensal	31/01/2025	05/08/2030	Mensal	SAC
CCAP - 8ª Emissão Série Única - BRL 1.475 MM	-	(4.666)	(51.327)	(55.993)	Sim	dez/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	Mensal	31/01/2025	05/08/2030	Mensal	SAC
Dívidas Tributárias Estado	2.532	8.176	39.053	49.761											
ICMS	2.532	8.176	39.053	49.761	Sim	ago/16	Não há	Selic	1,59%	30/01/2024	Mensal	30/01/2025	30/11/2031	Mensal	SAC
Dívidas com fundo de pensão	-	1.546	64.114	65.660											
Previdência Privada	-	1.546	64.114	65.660	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	8.064	6.006	141.219	155.289											
RJ BANCO INDUSVAL - Opção F	7.131	-	120.642	127.773	Sim	set/12	Outro	IGP-M	1,00%	31/03/2025	Semestral	30/03/2027	02/10/1934	Semestral	Outro
RJ PETROS (BANCO PAULISTA) - Não Optantes	932	-	19.088	20.020	Sim	set/12	Outro	Pré	1,00%	30/01/2025	Trimestral	30/06/2028	30/06/2028	Outro	Bullet (final)
RJ Equatorial Guanabara	-	-	7.871	7.871	Sim	set/12	Outro	Pré	1,00%	30/01/2025	Trimestral	30/06/2028	30/06/2028	Outro	Bullet (final)
RJ Equatorial BNDES	1	1.133	755	1.889	Sim	set/12	Outro	Pré	8,50%	30/01/2025	Mensal	02/01/2024	31/08/2026	Mensal	SAC
AVP CF INDU OP F (PETRO)	-	-	(14.423)	(14.423)	Sim	set/12	Não há	Não há	0,00%	30/01/2025	Mensal	30/01/2024	30/09/1934	Mensal	Outro
AVP CF PETRO NOP	-	-	(3.462)	(3.462)	Sim	set/12	Não há	Não há	0,00%	30/01/2025	Mensal	30/01/2024	30/06/2028	Mensal	Outro
AVP CONTR BNDES	-	-	(125)	(125)	Sim	set/12	Não há	Não há	0,00%	30/01/2025	Mensal	30/01/2024	31/08/2026	Mensal	Outro
AVP CONTR GUANA	-	-	(1.428)	(1.428)	Sim	set/12	Não há	Não há	0,00%	30/01/2025	Mensal	30/01/2024	30/06/2028	Mensal	Outro
Arrendamento	-	4.873	12.301	17.174	Sim	set/21	Não há	Não há	0,00%	31/10/2023	Mensal	31/10/2023	30/06/2028	Mensal	Outro
Total por dívida	89.801	1.581.634	6.274.681	7.946.116											
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	8.103	1.238.460	309.955	1.556.518											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	71.102	327.446	5.720.340	6.118.888											
Mútuos Passivos	8.064	6.006	141.219	155.289											
Total Empréstimos, financiamentos e debêntures	87.269	1.571.912	6.171.514	7.830.695											
Tributária	2.532	8.176	39.053	49.761											
Fundo de Pensão	-	1.546	64.114	65.660											

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.2 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
	2026	2027	2028	2029	2030	2031+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	309.955	-	-	-	-	309.955
Bank of America - USD 50 MM	-	309.955	-	-	-	-	309.955
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	777.445	775.867	952.222	422.592	422.577	2.369.637	5.720.340
CEF415.877-81/2015	3.791	2.212	-	-	-	-	6.003
CEF469.587-04/2016	3.800	3.800	2.850	-	-	-	10.450
BNDES 18/19/20	231.785	231.785	77.263	-	-	-	540.833
BNDES 21/22/23 Sub-crédito A	94.812	94.813	-	-	-	-	189.625
BNDES 21/22/23 Sub-crédito B	-	-	94.807	94.807	94.807	924.369	1.208.790
6ª Emissão Série Única - BRL 1.350 MM	450.000	450.000	450.000	-	-	-	1.350.000
7ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	-	-	333.333	333.333	333.334	-	1.000.000
8ª Emissão Série Única - BRL 1.475 MM	-	-	-	-	-	1.476.723	1.476.723
CCAP - 2018/2020 - BNDES - BRL 1.342 MM	(175)	(175)	(58)	-	-	-	(408)
CCAP - 2021/2023 Sub B - BNDES - BRL 1.036 MM	(354)	(354)	(354)	(354)	(354)	(3.458)	(5.228)
CCAP - DEB - 6ª Emissão Série Única - BRL 1.350 MM	(1.020)	(1.020)	(425)	-	-	-	(2.465)
CCAP - 7ª Emissão Série Única - BRL 1.000 MM	(528)	(528)	(528)	(528)	(544)	-	(2.656)
CCAP - 8ª Emissão Série Única - BRL 1.475 MM	(4.666)	(4.666)	(4.666)	(4.666)	(4.666)	(27.997)	(51.327)
Dívidas Tributárias Estado	2.947	2.947	2.947	2.947	2.947	24.318	39.053
ICMS	2.947	2.947	2.947	2.947	2.947	24.318	39.053
Mútuos Passivos	(2.786)	5.493	33.150	6.890	7.506	90.966	141.219
RJ BANCO INDUSVAL - Opção F	-	6.032	6.032	6.032	6.032	96.514	120.642
RJ PETROS (BANCO PAULISTA) - Não Optantes	-	-	19.088	-	-	-	19.088
RJ Equatorial Guanabara	-	-	7.871	-	-	-	7.871
RJ Equatorial BNDES	755	-	-	-	-	-	755
AVP CF INDU OP F (PETRO)	(2.959)	(1.479)	(1.479)	(1.479)	(1.479)	(5.548)	(14.423)
AVP CF PETRO NOP	(1.978)	(989)	(495)	-	-	-	(3.462)
AVP CONTR BNDES	(125)	-	-	-	-	-	(125)
AVP CONTR GUANA	(816)	(408)	(204)	-	-	-	(1.428)
Arrendamentos	2.337	2.337	2.337	2.337	2.953	-	12.301
Total por dívida	777.606	1.094.262	988.319	432.429	433.030	2.484.921	6.210.567
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	309.955	-	-	-	-	309.955
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	777.445	775.867	952.222	422.592	422.577	2.369.637	5.720.340
Mútuos Passivos	(2.786)	5.493	33.150	6.890	7.506	90.966	141.219
Total Empréstimos, financiamentos e debêntures	774.659	1.091.315	985.372	429.482	430.083	2.460.603	6.171.514
Tributária	2.947	2.947	2.947	2.947	2.947	24.318	39.053

9.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal e juros curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	3.613.542	30.428	3.643.970
Caixa e Aplicações Financeiras	3.613.542	20.556	3.634.098
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	71.119	-	71.119
Aplic. Financ. CDB	161.316	-	161.316
Letras financeiras e títulos públicos	133.219	20.556	153.775
Aplic. Financ. Fundos DI	2.162.149	-	2.162.149
Aplic. Financ. Compromissadas	1.085.739	-	1.085.739
Mútuos Ativos	-	9.872	9.872
Benefício pós emprego	-	9.872	9.872

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.4 Abertura dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos Derivativos	Instituição/Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil - Valor Contratado	Fair Value R\$ Mil	Atrelado às Dívidas
Total derivativos						2.848.900	110.075	
Swap	Scotiabank USD 186MM	25/11/2022	25/11/2025	US\$ + 5,67% a.a	CDI + 1,35% a.a	1.000.000	130.712	Sim
Swap	Scotiabank USD 14 MM	25/11/2022	25/11/2025	US\$ + 5,67% a.a	CDI + 1,35% a.a	73.900	9.660	Sim
Swap	Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	USD +6,01% a.a.	CDI +1,09% a.a.	300.000	1.611	Sim
Swap	BTG	20/12/2024	15/12/2036	IPCA+7,74%	CDI + 0,38%	1.475.000	(31.908)	Sim
							6	
							Ativo não circulante	141.977
							Passivo circulante	(57)
							Passivo não circulante	(31.851)
						Total	110.075	

9.5 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2024	Total 2023
Dívida Bruta	89.801	1.595.273	6.306.532	7.991.606	5.273.838
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	8.103	1.238.460	309.955	1.556.518	973.136
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	71.102	327.446	5.720.340	6.118.888	3.909.115
Tributária	2.532	8.176	39.053	49.761	31.546
Fundo de Pensão	-	1.546	64.114	65.660	79.902
Mútuos Passivos	8.064	6.006	141.219	155.289	150.358
Derivativos a pagar	-	57	31.851	31.908	129.781
Tributária Corrente em Atraso	-	13.582	-	13.582	-
(-) Ativos Financeiros	-	(3.613.548)	(172.405)	(3.785.953)	(2.286.150)
Alta Liquidez	-	(1.318.174)	-	(1.318.174)	(1.309.992)
Demais aplicações financeiras	-	(2.295.368)	(20.556)	(2.315.924)	(967.893)
Derivativos a receber	-	(6)	(141.977)	(141.983)	-
Mútuos Ativos	-	-	(9.872)	(9.872)	(8.265)
Dívida Líquida	89.801	(2.018.275)	6.134.127	4.205.653	2.987.688

10 Tributos a recolher

	2024	2023
ICMS	150.392	156.644
ICMS parcelamento (a)	10.708	5.678
IRPJ e CSLL	2.479	384
PIS e COFINS	57.172	29.566
Encargos sociais e outros	24.020	25.790
ISS	13.582	14.295
Total circulante	258.353	232.357
ICMS	88.395	79.029
ICMS parcelamento (a)	39.053	25.869
Total não circulante	127.448	104.898
Total	385.801	337.255

(b) A Companhia possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente, o qual sua liquidação será em julho de 2031. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2024	2023
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal	34.759	-
Provisão para contingências	54.122	45.622
PECLD	28.919	37.991
Reversão para participação nos lucros	12.551	11.327
Arrendamento IFRS 16	807	769
Provisão laudo atuarial	21.960	24.823
SWAP	-	44.126
Outras diferenças temporárias	14.363	-
Total ativo	167.481	164.658
Passivo não circulante		
Depreciação acelerada	(193.762)	(207.285)
Valor novo de reposição – VNR	(582.832)	(479.501)
Ajuste a Valor Presente – AVP	(58.128)	(60.634)
Reavaliação de bens da concepção	(649.051)	(672.895)
SWAP	(37.425)	-
Outras despesas não dedutíveis	(15.546)	(21.702)
Total passivo	(1.536.744)	(1.442.017)
Total	(1.369.263)	(1.277.359)

Com base nos estudos técnicos de viabilidade considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais diferidos, no montante de R\$ 167.481, ocorrerá em sua totalidade até o final do exercício de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 132.807 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro do exercício (R\$ 222.966 em 31 de dezembro de 2023).

12 Provisões para litígios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	95.383	86.318	96.010	76.118
Fiscais (b)	394	25.599	375	125
Trabalhistas	35.084	45.980	37.799	38.985
Total contingências/ depósitos judiciais	130.861	157.897	134.184	115.228
Circulante	9.693	196	9.305	-
Não circulante	121.168	157.701	124.879	115.228

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 8.279 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional; e
- (b) A variação de depósitos vinculados é decorrente, em quase sua totalidade, ao saldo de PIS e COFINS no valor de R\$ 25.460, que foram recolhidos via depósito judicial.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

12.1 Movimentação dos processos no exercício

	2023		2024			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	96.010	20.048	(21.771)	(8.077)	9.173	95.383
Tributárias	375	1	(269)	-	287	394
Trabalhistas	37.799	3.608	(5.934)	(2.191)	1.802	35.084
Total contingências	134.184	23.657	(27.974)	(10.268)	11.262	130.861

	2022		2023			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	105.626	25.574	(20.347)	(12.848)	(1.995)	96.010
Tributárias	2.192	7	-	(93)	(1.731)	375
Trabalhistas	30.657	5.891	(2.131)	(5.105)	8.487	37.799
Total contingências	138.475	31.472	(22.478)	(18.046)	4.761	134.184

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no período; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis	509.051	393.275
Fiscais	23	23
Trabalhistas	75.763	53.874
Total	584.837	447.172

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Cíveis

A Companhia figura como ré em 11.760 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (12.474 em 31 de dezembro de 2023), sendo 4.927 tramitam em Juizados Especiais (5.175 processos em 31 de dezembro de 2023), com probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 95.383.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	20.371	18.161
Fraude questionada	12.803	15.427
Morte por eletroplessão	19.087	18.537
Cobrança indevida	9.856	10.290
Acidente com terceiros	9.618	9.799
Incêndio	4.170	4.196
Descumprimento de TAC (i)	1.588	1.493
Falha no atendimento	3.885	4.436
Multa Procon	2.384	2.369
Spc/Serasa	2.777	2.417
Corte indevido	1.675	1.942
Acidente de trabalho	1.068	1.226
Outras	6.101	5.717
Total	95.383	96.010

(i) processo nº 0000130-68.2008.8.14.0058 relacionado a ação monitória coletiva movida pela MPE-Ministério Público Federal por Descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, no montante de R\$ 1.580 (R\$ 1.580 em 31 de dezembro de 2023).

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2024, é avaliada como possível pela Administração, no montante de R\$ 509.051 (R\$ 393.275 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Falha no Fornecimento (i)	143.064	25.996
Fraude Questionada	2.473	721
Morte por Eletroplessão	8.277	8.934
Cobrança Indevida	1.430	1.298
Falha no Atendimento	1.168	997
Multa Procon	2.649	3.064
Acidente de trabalho	1.101	349
Quebra de Contrato (ii)	205.058	213.088
Servidão de passagem	12.908	12.908
Regulatório (iii)	119.221	119.221
Outras	11.702	6.699
Total	509.051	393.275

Os processos mais relevantes referem-se aos:

- (i) processo nº 0801011-10.2024.8.14.0136 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, em face da Equatorial Pará, requerendo a condenação da Concessionária a indenização por danos materiais e morais coletivos em reconhecimento da prática ilícita de prestar o serviço público de fornecimento de energia de modo ineficiente à coletividade de Município de Canaã dos Carajás no montante de R\$ 100.000.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (ii) processo nº 0026675-52.2013.8.14.0301 relacionado a ação indenizatória coletiva movida pela *Cred New* Recuperação de Ativos e Serviços Ltda. por quebra de contrato, no montante de R\$ 192.792 (R\$ 192.792 em 31 de dezembro de 2023); e
- (iii) processo nº 0031306-39.2012.4.01.3900 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, em face da Equatorial Pará, ANEEL e Rede Energia, requerendo a anulação da resolução normativa 3.371/2012 e por consequência determinado a compensação aos consumidores no montante de R\$ 88.000 (R\$ 88.000 em 31 de dezembro de 2023).

b) Fiscais

A Companhia figura como ré em 165 processos fiscais em 31 de dezembro de 2024 (182 processos em 31 de dezembro de 2023) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Multa	348	333
Outras	46	42
Total	394	375

Existem 45 processos fiscais cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 23 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

c) Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 é composto por 864 reclamações ajuizadas (829 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 35.084 (R\$ 37.799 em 31 de dezembro de 2023), os processos mais relevantes destacam-se:

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2024	2023
PPLR (i)	17.717	16.797
Bônus de Retenção	1.023	979
Responsabilidade Subsidiária	6.815	11.330
Acidente De Trabalho	5.852	5.028
Outras	3.677	3.665
Total	35.084	37.799

- (i) processo nº 0010325-06.2013.5.08.0010 relacionado a ação civil pública movida pelo Sindicato Dos Trabalhadores Das Indústrias Urbanas Do Estado Do Pará, em face da Equatorial Pará pleiteando o pagamento de PLR do ano de 2012, de R\$ 17.717 (R\$ 16.797 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2024, é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 75.763 (R\$ 53.874 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Responsabilidade Subsidiária (i)	69.113	48.399
Danos Morais	1.750	1.307
Hora Extra	1.340	900
Outros	3.560	3.268
Total	75.763	53.874

(i) processo: 0000340-58.2024.5.08.0129 relacionado a reclamação trabalhista ajuizada por empregado de empresa terceirizada vítima de acidente de trabalho requerendo a condenação subsidiária da concessionária ao pagamento de indenização pelos danos morais e materiais no montante de R\$ 1.300.

13 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	4,23%	(4.505.806)	(2.049.179)	(6.554.985)
Participação da União, Estados e Municípios		(68.230)	(40.403)	(108.633)
Participação Financeira do Consumidor		(41.927)	(27.247)	(69.174)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(629.333)	(473.519)	(1.102.852)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(120)	(147)	(267)
Pesquisa e Desenvolvimento		(602)	(100)	(702)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(3.470.518)	(1.543.018)	(5.013.536)
Outros		(295.076)	35.255	(259.821)
(-) Amortização acumulada - AIS		1.389.919	977.989	2.367.908
Participação da União, Estados e Municípios		54.226	30.631	84.857
Participação Financeira do Consumidor		27.519	17.307	44.826
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		198.807	184.337	383.144
Programa de Eficiência Energética - PEE		141	(46)	95
Pesquisa e Desenvolvimento		129	1.855	1.984
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		969.819	694.564	1.664.383
Outros		139.278	49.341	188.619
Total		(3.115.887)	(1.071.190)	(4.187.077)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor bruto em 2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023
Em serviço	(5.514.824)	-	238	(1.110.181)	69.782	-	(6.554.985)	(1.110.419)	2.367.908	(4.187.077)	(3.358.624)
Participação da União, Estados e Municípios	(107.589)	-	-	-	1.419	(2.463)	(108.633)	-	84.857	(23.776)	(26.559)
Participação Financeira do Consumidor	(70.077)	-	-	-	903	-	(69.174)	-	44.826	(24.348)	(27.687)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(1.042.200)	-	-	(10.286)	14.121	(64.487)	(1.102.852)	(10.286)	383.144	(719.708)	(697.762)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(270)	-	-	-	3	-	(267)	-	95	(172)	(184)
Pesquisa e Desenvolvimento	(254)	-	238	(689)	3	-	(702)	(927)	1.984	1.282	1.719
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(3.964.637)	-	-	(1.099.206)	50.307	-	(5.013.536)	(1.099.206)	1.664.383	(3.349.153)	(2.457.820)
Outros	(329.797)	-	-	-	3.026	66.950	(259.821)	-	188.619	(71.202)	(150.331)
Outros	(329.797)	-	-	-	3.026	66.950	(259.821)	-	188.619	(71.202)	(150.331)
(-) Amortização acumulada - AIS	2.156.200	211.710	(2)	-	-	-	2.367.908	211.712	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	81.030	3.827	-	-	-	-	84.857	3.827	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	42.390	2.436	-	-	-	-	44.826	2.436	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	344.438	38.706	-	-	-	-	383.144	38.706	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	86	9	-	-	-	-	95	9	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	1.973	13	(2)	-	-	-	1.984	15	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	1.506.817	157.566	-	-	-	-	1.664.383	157.566	-	-	-
Outros	179.466	9.153	-	-	-	-	188.619	9.153	-	-	-
Outros	179.466	9.153	-	-	-	-	188.619	9.153	-	-	-
Em curso	(1.174.345)	(1.906.014)	-	1.110.181	-	-	(1.970.178)	(795.833)	-	(1.970.178)	(1.174.345)
Participação da União, Estados e Municípios	(19.745)	-	-	-	-	-	(19.745)	-	-	(19.745)	(19.745)
Participação Financeira do Consumidor	(35.796)	-	-	-	-	-	(35.796)	-	-	(35.796)	(35.796)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	(82.730)	-	(174.491)	-	-	(257.221)	(257.221)	-	(257.221)	-
Valores pendentes de recebimento	(200.094)	(243.323)	-	184.777	-	(50.219)	(308.859)	(58.546)	-	(308.859)	(200.094)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(689)	-	689	-	-	-	-	-	-	-
Valores não aplicados	(52.573)	(178.143)	-	-	-	(61.211)	(291.927)	(178.143)	-	(291.927)	(52.573)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(749.920)	(1.401.187)	-	1.099.206	-	-	(1.051.901)	(301.981)	-	(1.051.901)	(749.920)
Outros	(116.217)	58	-	-	-	111.430	(4.729)	58	-	(4.729)	(116.217)
Outros	(116.217)	58	-	-	-	111.430	(4.729)	58	-	(4.729)	(116.217)
Total	<u>(4.532.969)</u>	<u>(1.694.304)</u>	<u>236</u>	<u>-</u>	<u>69.782</u>	<u>-</u>	<u>(6.157.255)</u>	<u>(1.694.540)</u>	<u>2.367.908</u>	<u>(6.157.255)</u>	<u>(4.532.969)</u>

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As dez principais adições (pelo critério de valor) a obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	4.264
INVERSOR CC/CA 1000W 48 VCC/127 VAC	4.113
PAINEL FOTOV MONOCRIST 530WP 20 M	3.906
INVERSOR CC/CA 1250W 48VCC/127VAC	3.843
INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	3.473
INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	3.371
INVERSOR CC/CA 2500W 48VCC/127VAC	3.358
PAINEL FOTOV MONOCRIST 405WP 20.M	3.323
PAINEL FOTOV MONOCRIST 405WP 20.M	3.096
INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	2.771
Total das Adições	35.518

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.624.459 (R\$ 1.624.459 em 31 de dezembro de 2023) e o capital autorizado é de R\$ 2.500.000 (R\$ 2.500.000 em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre os exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe “A” e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos ou restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14.2 Reserva de lucros

a. Reserva legal

É constituída com base no artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro 2024 o saldo desta reserva é de R\$ 326.866 (R\$ 297.353 em 31 de dezembro de 2023).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, reduz a base de cálculo da reserva legal.

b. Reserva de incentivos fiscais

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Deliberação nº 555 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.903.361 (R\$ 1.402.941 em 31 de dezembro de 2023), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real

c. Reserva de investimentos

Reserva estatutária, constituída com base no artigo 194 da Lei 6.404/76 cuja finalidade é preservar a integridade do patrimônio social da Companhia. Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R\$ 11.230 (R\$ 11.202 em 31 de dezembro de 2023).

14.3 Reserva de dividendos adicionais propostos

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.093.583

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 1.093.583 (R\$ 1.260.206 em 31 de dezembro de 2023).

14.4 Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação é constituída pelos valores referentes a diferenças positivas entre valores de mercado (Valor Novo de Reposição - VNR) apurados na contabilidade societária e valores contábeis componentes do ativo imobilizado, observados os dispositivos legais aplicáveis. De acordo com o Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET Submódulo 2.3 Base de Remuneração Regulatória. O VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessário para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. De acordo com o respectivo submódulo, a aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da Concessionária ou de Orçamento Referencial.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 1.248.657 (R\$ 1.322.378 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14.5 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos mínimos obrigatórios deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.976.074	2.225.811
(-) Reserva legal	(29.513)	(87.629)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(500.420)	(473.230)
Lucro líquido ajustado	1.446.141	1.664.952
Dividendos mínimos		
Dividendos mínimos obrigatórios	361.535	416.238
Juros sobre capital próprio	-	2.453
Dividendos adicionais		
Dividendos adicionais propostos	1.093.583	1.260.206
(-) Reserva de reavaliação	(9.005)	(25.147)
Total dividendos mínimos e adicionais	1.446.113	1.653.750

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	277.586
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	49.622
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	416.238
Juros sobre capital próprio	2.453
IRRF juros sobre capital próprio	(368)
Pagamento de dividendos	(325.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	419.562
Dividendos adicionais distribuídos de 2023 (a)	1.260.206
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	361.535
Pagamento de dividendos	(1.678.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	363.228

- (a) Em 29 de abril de 2024, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.260.206, oriundos da Reserva de Investimentos da Companhia.

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

	Nº Consumidores (*)		MWh (*)		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita Operacional Bruta						
Fornecimento - Faturado	3.062.956	2.989.061	9.131.342	8.641.300	9.453.436	8.395.254
Residencial	2.695.652	2.614.106	5.602.936	5.111.199	5.609.723	4.875.960
Industrial	4.093	4.140	304.403	365.451	439.612	405.768
Comercial	152.316	155.502	1.533.019	1.554.528	1.696.593	1.621.122
Rural	185.472	190.525	386.360	359.760	419.194	367.832
Poder público	21.851	21.334	685.731	615.574	790.631	667.717
Iluminação pública	927	917	422.588	443.127	293.224	287.327
Serviço público	2.362	2.259	183.982	178.291	204.459	169.528
Consumo próprio	283	278	12.323	13.370	-	-
Suprimento Faturado	-	-	-	-	57.383	23.171
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	1.248	762	2.453.929	2.217.598	5.338.993	5.489.837
Consumidores Cativos	1.248	-	2.453.929	-	4.745.593	5.009.452
Consumidores Livres	-	762	-	2.217.598	588.009	476.513
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	5.391	3.872
(-) Transferências	-	-	-	-	(4.797.972)	(5.059.465)
(-) Trsf p/ TUSD de consumidores cativos	-	-	-	-	(4.745.593)	(5.009.452)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(24.066)	(20.987)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(28.313)	(29.026)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(25.894)	57.267
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(128.418)	(123.529)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(33.676)	(52)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	55.170	423.738
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	17.972	25.355
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.248.147	470.822
Outras receitas	-	-	-	-	-	48.999
Total	3.064.204	2.989.823	11.585.271	10.858.898	11.185.141	9.751.397

(*) não auditado.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

16 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Compra	68.300	(14.024)	271.393	(21.085)
Compra estimada	-	-	19.601	(1.452)
Total	68.300	(14.024)	290.994	(22.537)

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Venda	479.107	45.801	212.120	14.645
Venda estimada (a)	36.298	2.352	-	-
Total	515.405	48.153	212.120	14.645

(a) Referente ao período de 01 a 31 de dezembro de 2024 (2023 - período 01 a 31 de dezembro de 2023).

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pela Outorgada que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis Regulatórias a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 a 31 de dezembro de 2024, os referidos montantes foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

(*) não auditado.

17 Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal	(170.786)	(168.121)
Remuneração	(110.190)	(102.354)
Encargos	(41.650)	(38.622)
Previdência privada	(4.118)	(4.435)
Assistência médica	(46.300)	(40.258)
Despesas rescisórias	(114)	(1.933)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(28.341)	(20.526)
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	969	-
Outros (a)	58.958	40.007
Administradores	(20.079)	(26.341)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(8.670)	(7.750)
Benefícios dos administradores	(11.409)	(18.591)
Total	(190.865)	(194.462)

(a) Refere-se as contas de custos de suporte, custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos. Através dessas contas, são transferidos os custos de suporte que foram alocados no custeio, para o investimento, conforme MCSE.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	1.756.713	1.071.709
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	437.415	1.481.360
Alíquota fiscal	34%	34%
Pela alíquota fiscal	746.004	868.043
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Corrente		
Outras provisões Permanentes	(17.809)	(6.401)
Incentivo prorrogação licença maternidade	(36)	(73)
Compensações - PAT e Salário Maternidade	(2.202)	(2.085)
IRPJ subvenção governamental	48.592	(41.630)
Despesa IRPJ/CSLL corrente anos anteriores	28.154	(58.829)
(+)IRPJ Subvenção Governamental Reinvestimento	(549.014)	(431.600)
Subtotal	(492.315)	(540.618)
Efeitos fiscais sobre:		
Reversão de provisão para contingências	8.500	(1.459)
Reversão de provisão para PECLD	(9.223)	(176.508)
Ajuste a valor presente (AVP)	2.506	(6.836)
Variação Swap	(94.371)	55.303
Valor novo de reposição – VNR	(103.331)	(128.319)
Reserva de reavaliação	4.639	12.954
Provisões laudo atuarial	880	1.586
Reversão para participação nos lucros	1.224	(1.333)
Depreciação acelerada	13.523	14.547
Provisão para perda de estoque	(2.043)	5.652
Arrendamento	38	57
Despesa IRPJ/CSLL diferido anos anteriores	34.759	-
Outras Provisões	10.092	1.390
Subtotal	(132.807)	(222.966)
Total de IRPJ e CSLL correntes do exercício	(86.123)	(104.459)
Total de IRPJ e CSLL diferidos do exercício	(132.807)	(222.966)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(218.930)	(327.425)

19 Revisão e reajuste tarifário

19.1 Revisão tarifária periódica (RTP) 2023

Entre 11 de junho de 2014 e 1º de setembro de 2014, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 23/2014 as metodologias e os critérios gerais para o quarto ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia. Esta etapa da Audiência Pública tratou dos seis seguintes temas: Procedimentos Gerais; Custos Operacionais; Perdas de Energia; Base de Remuneração Regulatória; Custo de Capital; e Ganhos de Produtividade, parâmetro utilizado na definição do Fator X.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 11 de dezembro de 2014 a 09 de fevereiro de 2015, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados. Durante esta etapa, a Audiência Pública tratou dos cinco seguintes temas: Procedimentos Gerais, Fator X, Outras Receitas, Custos Operacionais e Receitas Irrecuperáveis.

Adicionalmente, entre 09 de abril de 2015 e 25 de maio de 2015, a ANEEL reabriu a Audiência Pública nº 23/2014 para obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da metodologia de Revisão Tarifária Periódica das Distribuidoras, tratando unicamente do tema Base de Remuneração Regulatória.

Por fim, a Resolução Normativa nº 640, de 16 de Dezembro de 2014 aprovou a ampliação do prazo de aplicação do Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, nos termos da Nota Técnica nº 400/2014 SER/ANEEL, a qual adaptou o Módulo 2 quanto aos Submódulos 2.1 procedimentos gerais; 2.2 custos operacionais; 2.3 base de remuneração regulatória; 2.4 custo de capital; 2.5 fator X; 2.6 perdas de energia; 2.7 outras receitas; 2.8 geração própria de energia, definindo, assim, a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Quarto Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 4CRTP.

A cada quatro anos, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reposicionamento tarifário da Companhia no processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.243, de 15 de agosto de 2023, foram reajustadas em 11,07%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

19.2 Reajuste tarifário anual (2024)

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através do Despacho ANEEL nº 2.335, de 13 de agosto de 2024, a ANEEL realizou a revisão tarifária da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 14 de agosto de 2024 a 13 de agosto de 2025.

As tarifas de aplicação da Companhia ficaram em média, reajustadas em (3,23%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

19.3 Composição da base de remuneração regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- (b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- (c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- (e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores (*)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	18.156.359.492
(2) Índice de Aproveitamento Integral	455.317
(3) Obrigações Especiais Bruta	5.312.286.136
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.429.987.060
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	11.413.630.979
(6) Depreciação Acumulada	6.439.809.421
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	11.716.550.071
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	268.161
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	11.716.281.911
(10) Almocharifado em Operação	5.984.814
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	3.326.627.191
(13) Terrenos e Serviços	149.347.467
(14) Base de Remuneração líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.544.987.000
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,23%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	482.796.590
(19) WACC real antes de impostos	11,25%
(20) Taxa RGR PLPT	0,08%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0,08%
(22) Remuneração de Obrigações Especiais	93.054.239
(23) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+(14)-(15)-(16))*(19)+(22)	1.054.365.277

(*) Valores expressos em unidades de reais

19.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O custo anual das instalações móveis e imóveis, também denominado anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.036.711.667
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	466.520.250
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	124.405.400
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	445.786.017
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	50.166.579
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	24.770.190
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	109.186.702
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	184.123.471

19.5 Resumo do reajuste tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita	Receita Verificada (*)
	Último IRT (2024)	
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	4.682.233.128	4.495.790.444
1.1. Encargos Setoriais	878.505.410	923.962.198
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	11.745.727	10.740.277
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	504.108.795	534.178.307
PROINFA	88.547.720	94.509.596
P&D e Eficiência Energética	78.034.944	73.767.557
Contribuição ONS	220.586	220.586
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	195.847.638	210.545.875
1.2. Transmissão	756.993.326	772.902.664
Rede Básica	517.495.680	539.512.658
Rede Básica Fronteira	158.630.907	175.068.254
Rede Básica ONS (A2)	193.391	194.155
Conexão	51.081.072	28.086.091
Uso do sistema de distribuição e CCD	29.592.276	30.041.506
1.3. Compra de Energia	3.046.734.392	2.798.925.582
CCCEAR Existente	2.511.626.234	2.276.504.664
Bilateral	157.775.093	147.614.542
Cota Angra I/Angra II	117.823.619	111.534.972
Cotas Lei n ° 12783/2013	259.509.446	263.271.404
2. PARCELA B	3.609.817.238	3.294.234.077
3. Reposicionamento Econômico	-1,87%	-1,87%
4. Componentes Financeiros	0,80%	0,80%
5. Reposicionamento com Financeiros	-1,07%	-1,07%
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-2,04%	-2,04%
7. Efeito para Consumidor	-3,23%	-3,23%

(*) Valores expressos em unidades de reais

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresenta no MCSE.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

		2024			2023		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		1.318.174	-	1.318.174	342.099	-	342.099
Investimento temporários		2.295.368	-	2.295.368	949.132	-	949.132
Consumidores	20.1 / 20.5.3	1.994.883	74.471	2.069.354	2.014.901	88.583	2.103.484
Concessionárias e permissionárias	20.1	799	(799)	-	799	(799)	-
Almoxarifado operacional		19.267	-	19.267	12.097	-	12.097
Serviços em curso	20.1 / 20.5	119.832	42.095	161.927	123.464	38.334	161.798
Subvenção CCC	20.1	-	60.200	60.200	-	54.402	54.402
Ativos financeiros setoriais	20.2	448.076	(448.076)	-	526.608	(506.374)	20.234
Depósitos judiciais e cauções	20.1	196	-	196	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		6	(6)	-	-	-	-
Tributos compensáveis	20.1	413.612	838	414.450	292.494	-	292.494
Despesas pagas antecipadamente		17.467	(17.467)	-	16.861	(16.861)	-
Encargos setoriais a compensar		-	-	-	5.911	(5.911)	-
Outros ativos circulantes	20.1	681.469	(181.897)	499.572	545.125	(176.916)	368.209
Total do ativo circulante		7.309.149	(470.641)	6.838.508	4.829.491	(525.542)	4.303.949
Não circulante							
Investimentos temporários		20.556	-	20.556	18.761	-	18.761
Consumidores		243.931	-	243.931	224.615	-	224.615
Serviços em curso		23.447	-	23.447	13.958	-	13.958
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	20.1	-	349.930	349.930	-	20.444	20.444
Tributos compensáveis		427.294	-	427.294	385.642	-	385.642
Depósitos judiciais e cauções	20.1	157.701	-	157.701	115.228	-	115.228
Tributos diferidos	20.1/20.7	167.481	(167.481)	-	164.658	(164.658)	-
Instrumentos financeiros derivativos		141.977	(31.851)	110.126	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	20.2	47.485	(47.485)	-	254.817	(254.817)	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	42	(42)	-
Bens e Direitos para Uso Futuro		2.708	(2.708)	-	2.708	(2.708)	-
Benefício pós emprego	20.1	9.872	-	9.872	8.265	-	8.265
Outros ativos não circulantes	20.1	397.762	(396.176)	1.586	164.951	(162.747)	2.204
Ativo financeiro de concessão	20.3	-	7.716.194	7.716.194	-	6.572.654	6.572.654
Bens e atividades não vinculados à concessão	20.5	5.310	1.973	7.283	7.367	1.991	9.358
Imobilizado	20.4	15.479.744	(15.479.744)	-	14.020.765	(14.020.765)	-
Intangível	20.4	289.979	1.174.499	1.464.478	213.629	1.438.224	1.651.853
Ativo contratual	20.5.3	-	439.194	439.194	-	927.346	927.346
Direito de uso		-	14.799	14.799	-	19.042	19.042
Total do ativo não circulante		17.415.247	(6.428.856)	10.986.391	15.595.406	(5.626.036)	9.969.370
Total do ativo		24.724.396	(6.899.497)	17.824.899	20.424.897	(6.151.578)	14.273.319

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

		2024			2023		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		1.270.140	-	1.270.140	1.218.385	-	1.218.385
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	1.659.181	(14.070)	1.645.111	401.556	(14.176)	387.380
Obrigações sociais e trabalhistas	20.1	53.789	(33.251)	20.538	51.662	(31.365)	20.297
Benefício pós emprego	20.1	1.546	-	1.546	1.336	-	1.336
Tributos	20.5.3	258.353	(7.649)	250.704	232.357	(7.345)	225.012
Provisão para litígios		9.693	-	9.693	9.305	-	9.305
Dividendos declarados		363.228	-	363.228	419.562	-	419.562
Encargos setoriais	20.1	96.887	-	96.887	148.319	(19.846)	128.473
Valores a pagar de acordos de recuperação judicial		-	112.764	112.764	-	74.869	74.869
Passivos financeiros setoriais	20.2	530.838	(448.076)	82.762	506.374	(506.374)	-
Instrumentos financeiros derivativos		57	(6)	51	650	-	650
Outros passivos circulantes	20.1	601.740	(165.002)	436.738	443.289	(104.979)	338.310
Contribuição de iluminação pública	20.1	-	51.781	51.781	-	49.666	49.666
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		-	9.654	9.654	-	9.654	9.654
Participação nos lucros	20.1	-	38.764	38.764	-	37.384	37.384
Passivo de arrendamento	20.1	-	4.872	4.872	-	4.816	4.816
Total do passivo circulante		4.845.452	(450.219)	4.395.233	3.432.795	(507.696)	2.925.099
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	6.171.514	(141.219)	6.030.295	4.631.053	(136.182)	4.494.871
Valores a pagar de acordos de recuperação judicial		-	1.023.836	1.023.836	-	1.005.699	1.005.699
Benefício pós emprego	20.1	64.114	-	64.114	78.566	-	78.566
Tributos	20.5.3	127.448	-	127.448	104.898	-	104.898
Provisão para litígios		121.168	-	121.168	124.879	-	124.879
Encargos setoriais		52.109	-	52.109	17.116	-	17.116
Tributos diferidos	20.7	1.536.744	(791.968)	744.776	1.442.017	(822.590)	619.427
Passivos financeiros setoriais	20.2	234.044	(47.485)	186.559	333.688	(254.817)	78.871
Instrumentos financeiros derivativos		31.851	(31.851)	-	129.131	-	129.131
Obrigações vinculadas à concessão	20.5	6.157.255	(6.157.255)	-	4.532.969	(4.532.969)	-
Outros passivos não circulantes		973.477	(894.918)	78.559	917.431	(886.004)	31.427
Passivo de arrendamento	20.1	-	12.302	12.302	-	16.487	16.487
Total do passivo não circulante		15.469.724	(7.028.558)	8.441.166	12.311.748	(5.610.376)	6.701.372
Patrimônio líquido							
Capital social		1.624.459	-	1.624.459	1.624.459	-	1.624.459
Reserva de Capital		34.092	-	34.092	33.995	-	33.995
Reserva de lucros	20.9	440.195	1.801.234	2.241.429	458.305	2.513.397	2.971.702
Reserva de reavaliação	20..4.1	-	26.676	26.676	-	35.681	35.681
Outros resultados abrangentes	20.4.1	1.216.891	(1.248.657)	(31.766)	1.303.389	(1.322.378)	(18.989)
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	20.1	1.093.583	27	1.093.610	1.260.206	(1.260.206)	-
Total do patrimônio líquido		4.409.220	579.280	4.988.500	4.680.354	(33.506)	4.646.848
Total do passivo e patrimônio líquido		24.724.396	(6.899.497)	17.824.899	20.424.897	(6.151.578)	14.273.319

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		11.185.140	3.117.631	14.302.771	9.751.397	3.571.263	13.322.660
Fornecimento de energia elétrica	20.1/20.5.3	9.427.542	1.207.478	10.635.020	8.452.521	970.484	9.423.005
Suprimento de energia elétrica		57.383	-	57.383	23.171	-	23.171
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		593.400	-	593.400	480.385	-	480.385
Ativos e passivos financeiros setoriais		(159.303)	-	(159.303)	250.144	-	250.144
Serviços cobráveis	20.1	17.972	(17.972)	-	25.355	(25.355)	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	20.1	1.248.146	(1.248.146)	-	470.822	(470.822)	-
Outras receitas		-	268.055	268.055	48.999	250.087	299.086
Atualização Ativo Financeiro	20.5.1	-	303.916	303.916	-	377.407	377.407
Receita de construção	20.5.3	-	2.604.300	2.604.300	-	2.469.462	2.469.462
Tributos		(2.760.818)	(19.479)	(2.780.297)	(2.282.092)	(19.331)	(2.301.423)
ICMS	20.5.3	(1.941.798)	1.652	(1.940.146)	(1.529.918)	140	(1.529.778)
PIS-PASEP		(162.055)	(3.769)	(165.824)	(131.670)	(3.473)	(135.143)
COFINS		(655.429)	(17.362)	(672.791)	(618.792)	(15.998)	(634.790)
ISS		(1.536)	-	(1.536)	(1.712)	-	(1.712)
Encargos - Parcela "A"		(616.072)	(44.505)	(660.577)	(609.180)	(33.673)	(642.853)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(38.210)	-	(38.210)	(34.677)	-	(34.677)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(39.037)	(84)	(39.121)	(44.519)	-	(44.519)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(527.666)	-	(527.666)	(518.961)	-	(518.961)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(11.159)	84	(11.075)	(11.023)	-	(11.023)
Outros encargos	20.1	-	(44.505)	(44.505)	-	(33.673)	(33.673)
Receita líquida / Ingresso líquido		7.808.250	3.053.647	10.861.897	6.860.125	3.518.259	10.378.384
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(4.689.534)	(2.092.020)	(6.781.554)	(4.182.137)	(1.905.309)	(6.087.446)
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	(3.520.890)	(598.037)	(4.118.927)	(3.028.070)	(599.298)	(3.627.368)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	20.1	(1.168.644)	1.168.644	-	(1.154.067)	1.154.067	-
Subvenção CCC		-	(58.327)	(58.327)	-	-	-
Encargos e demais despesas setoriais		-	-	-	-	9.384	9.384
Custo de construção	20.5.3	-	(2.604.300)	(2.604.300)	-	(2.469.462)	(2.469.462)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.118.716	961.627	4.080.343	2.677.988	1.612.950	4.290.938
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(1.128.043)	(420.718)	(1.548.761)	(1.361.262)	(45.225)	(1.406.487)
Pessoal e administradores	20.1	(190.865)	1.899	(188.966)	(194.462)	1.573	(192.889)
Material		(29.658)	-	(29.658)	(30.525)	-	(30.525)
Serviços de terceiros	20.1	(569.759)	97.321	(472.438)	(468.179)	-	(468.179)
Arrendamento e aluguéis	20.1	(12.234)	5.129	(7.105)	(10.743)	3.354	(7.389)
Seguros	20.1	(1.134)	1.134	-	(681)	681	-
Doações, contribuições e subvenções	20.1	(7.868)	7.868	-	(1.388)	1.388	-
Provisões	20.1	(349.566)	118.192	(231.374)	(194.918)	31.957	(162.961)
Perdas na alienação de bens e direitos	20.1	(113.985)	47.219	(66.766)	(180.286)	19.565	(160.721)
(-) Recuperação de despesas	20.1	630.652	(630.652)	-	587.247	(587.247)	-
Tributos	20.1	(3.595)	3.595	-	(3.107)	3.107	-
Depreciação e amortização	20.1	(508.628)	83.728	(424.900)	(1.520.831)	1.081.758	(439.073)
Gastos diversos	20.1	(75.216)	71.906	(3.310)	(58.426)	66.222	7.796
Outras Receitas Operacionais	20.1	121.125	(91.624)	29.501	715.904	(619.493)	96.411
Outras Despesas Operacionais	20.1	(17.312)	(136.433)	(153.745)	(867)	(48.090)	(48.957)
Resultado da Atividade		1.990.673	540.909	2.531.582	1.316.726	1.567.725	2.884.451
Resultado Financeiro		(233.960)	(103.494)	(337.454)	(245.017)	(86.365)	(331.382)
Despesas financeiras		(1.140.784)	-	(1.140.784)	(1.010.503)	-	(1.010.503)
Receitas financeiras		906.824	(103.494)	803.330	765.486	(86.365)	679.121
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		1.756.713	437.415	2.194.128	1.071.709	1.481.360	2.553.069
Despesa com impostos sobre o lucro		(218.930)	876	(218.054)	(327.425)	167	(327.258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.8	(132.807)	46.684	(86.123)	(222.966)	167	(222.799)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(86.123)	(45.808)	(131.931)	(104.459)	-	(104.459)
Resultado líquido do exercício		1.537.783	438.291	1.976.074	744.284	1.481.527	2.225.811

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

20.1 Reclassificações de apresentação das demonstrações societárias

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita operacional, dentre outras.

20.2 Consumidores

Os ajustes realizados são oriundos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

20.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de reclassificações acerca da forma de apresentação dos ativos e passivos financeiros que para fins societários, são apresentados líquidos de acordo com o efeito apurado entre circulante e não circulante e que para fins regulatórios são apresentados brutos conforme requer o MCSE.

20.4 Ativos financeiros de concessão

O ajuste refere-se ao ativo financeiro da concessão no âmbito societário, prática conflitante com as regulatórias, decorre da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, bifurcando assim o ativo imobilizado em duas parcelas:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no VNR classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

20.5 Imobilizado, intangível e obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

20.5.1 Reavaliação compulsória

O ajuste de reavaliação compulsória refere-se à diferença entre o Valor Original Contábil (VOC) e o VNR do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis dos grupos de ativo imobilizado, intangível e obrigações vinculadas ao serviço público de energia, respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

20.5.2 Depreciação e amortização

As divergências entre a depreciação regulatória e a societária referem-se à aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão e, ao registro contábil da reavaliação regulatória pela diferença entre o VOC e o valor do bem avaliado e aprovado pela ANEEL em cada ciclo de revisão tarifária.

20.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

20.6.1 Ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Para assegurar a melhor estimativa do valor indenizatório ao término do período concessório, realiza-se mensalmente a revisão do valor justo do ativo financeiro, adotando-se como parâmetro de atualização o IPCA. Esta escolha fundamenta-se no fato de o IPCA constituir um dos principais índices de correção utilizados pelo órgão regulador nos processos anuais de reajuste tarifário.

Em 23 de novembro de 2015, mediante a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, publicada no Diário Oficial da União, efetivou-se a alteração do índice de correção, com a substituição do IGP-M pelo IPCA. Esta mudança considerou igualmente as possíveis variações decorrentes da metodologia de apuração do Valor Novo de Reposição (VNR), garantindo a devida harmonização com os critérios regulatórios vigentes.

20.6.2 Ativo intangível

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

20.6.3 Receita e custo de construção (resultado)

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O referido CPC não é aceito na contabilidade regulatória.

20.6.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo VNR, é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

20.7 Lucros acumulados

Os ajustes são decorrentes das práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 – Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20.8 Tributos Diferidos

Refere-se ao tributo diferido pela diferença do resultado, decorrentes do CPC 47 /IFRS 15 o referido CPC não é aceito pela contabilidade regulatória e da Reavaliação compulsória que não é aceito pela contabilidade societária.

20.9 Reservas de lucros

Ajuste pela destinação do saldo residual do lucro regulatório para outras reservas de lucros após realizadas as destinações definidas na Assembleia calculadas com base no lucro societário

21 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
Saldos no final do exercício conforme contabilidade societária	4.988.500	4.646.848
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(579.280)	33.506
Reavaliação regulatória compulsória (a)	1.871.500	1.979.542
Diferido sobre reavaliação regulatória	(622.843)	(657.164)
Efeito de diferenças entre reserva de lucro regulatória versus societária	(1.362.970)	228.336
Efeito reserva de reavaliação no societário	(26.676)	(35.681)
Efeito do lucro entre societária e regulatória (b)	(438.291)	(1.481.527)
Saldos no fim do exercício	4.409.220	4.680.354

(a) Efeito da reavaliação regulatória não reconhecida na contabilidade societária; e

(b) Efeito dos ajustes no lucro decorrente das diferenças entre práticas contábeis regulatórias e societárias, conforme descrito na nota explicativa nº 20.4.1 - Reavaliação compulsória.

22 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Lucro líquido conforme contabilidade societária	1.976.074	2.225.811
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(438.291)	(1.481.527)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) (a)	(303.916)	(377.407)
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória (b)	(88.857)	(1.085.112)
Perdas/ganhos na alienação e desativação	(47.219)	(19.565)
IFRS 15	2.576	1.569
Outras despesas operacionais	1	(845)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(876)	(167)
Lucro líquido regulatório	1.537.783	744.284

a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, conforme descrito na nota explicativa nº 20.5.3;

b) Depreciação - reavaliação regulatória compulsória, vide nota explicativa nº 20.4.1; e

c) Efeito do reconhecimento inicial do CPC 48/IFRS 9.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 1.093.583, sendo R\$ 1.084.578 decorrentes do resultado do exercício e R\$ 9.005 provenientes de realização de reservas de reavaliação.

Amortização Extraordinária Facultativa da 6ª emissão de Debêntures

Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária da 6ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 750.000.

Requerimento de prorrogação da concessão da distribuidora Equatorial Pará

Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, no Contrato de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Pará, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 182/1998 com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024.

Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

João Alberto da Silva Neto

Marcos Antônio Souza de Almeida

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Eduardo Ramos da Silva

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Adilson Celestino de Lima

Comitê de Auditoria Estatutário

Tiago de Almeida Noel
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Márcio Caires Vasconcelos
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Rubens Jose de Figueiredo Brisenio
Diretor

Alexandre Joaquim Santos Cardoso
Diretor

Ênio Cunha Leal
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842-O-3 S-PA